



FORMAÇÃO DA CIDADANIA - SONHO E NEGAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

ASSUMPÇÃO, Eracilda de¹

RESUMO: Este artigo é resultado de estudos, reflexões e vivências e teve como objetivo redimensionar a questão do planejamento educacional enquanto possibilidade de construção da escola democrática e da formação cidadã. Destacando a democracia pela participação ativa do cidadão, sendo a escola o espaço que envolva a interação dos sujeitos. Interação essa que deve acontecer pelo viés do planejamento, integrando suas ações e intenções às políticas mais amplas como os planos municipais de educação, a partir de estudos e análises da política nacional. A educação cidadão precisa estar ligada aos interesses dos grupos e da história dos processos sociais, estabelecendo interfaces no cotidiano da escola e das políticas educacionais.

Palavras-chave: Cidadania, democracia, educação, planejamento.

ABSTRACT: This article is resulted of studies, reflections and existences and he/she had as I aim at redimensionar the subject of the education planning while possibility of construction of the democratic school and of the formation citizen. Detaching the democracy for the participation activates of the citizen, being the school the space that involves the interaction of the subjects. Interaction that that should happen for the inclination of the planning, integrating their actions and intentions the widest politics as the municipal plans of education, starting from studies and analyses of the national politics. The education citizen needs to be linked to the interests of the groups and of the history of the social processes, establishing interfaces in the daily of the school and of the education politics.

Key Words: Citizenship, democracy, education, planning.

INTRODUÇÃO

O presente artigo “**Formação da cidadania - sonho e negação no contexto do Planejamento educacional**” surge no momento em que o cenário sócio educativo passa a refletir sobre os modelos de gestão no sistema público de educação. O planejamento, representa um desafio em busca de novas trilhas, para que o sistema educacional realize uma ação institucionalizada de acordo com os princípios filosóficos, epistemológicos e pedagógicos na compreensão da sociedade na qual estamos vivendo.

¹ Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das missões e Aluna do curso de mestrado interinstitucional UNISINOS/URI

Hassman (1998), refere-se à humanidade enfatizando que a mesma encontra-se num dilema ético e político, cada vez mais difícil de buscar saídas, para a sua própria sobrevivência enquanto no coletivo não construir consensos democráticos. As certezas, dos saberes pré-fixados, cedem lugar à complexidade, ao imprevisto, à pedagogia da pergunta e o acesso às informações, apontando para a autonomia dos sujeitos que vai se constituindo a partir das decisões que vão sendo tomadas, na individualidade, nas participações comunitárias, buscando a humanização da humanidade.

Nesta perspectiva, o sistema educacional tem papel fundamental, uma vez que “o homem somente se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura” (Morin 2000, p.52), ressaltando-se que as políticas educacionais devem ter como elemento balizador o homem enquanto cidadão e agente potencial de transformação social. A educação não pode ser vista apenas como um direito, mas condição para o exercício da cidadania, o que supõe participação e interação no cenário em que se inserem as propostas educacionais, uma vez que o sistema e as políticas públicas têm papel ativo frente à cultura e ao desenvolvimento humano.

Afirmações, presentes nas idéias de Freire, em especial, ao referir-se ao contexto que envolve o homem com fortes sinalizações de subserviência, uma vez que o mesmo se encontra cada vez mais preso a ideologia dominante, deixando de tomar suas próprias decisões.

Uma das grandes, senão a maior tragédia do homem moderno está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez mais, sem saber, à sua capacidade de decidir, vem sendo expulso da órbita das decisões (Freire 1983, p.43).

Como apontam os autores citados anteriormente, a participação é uma necessidade humana, uma questão de reconhecimento, de valor e de respeito pelo outro, de reconhecimento de sua condição de cidadão, do pensar, sentir, agir, poder e conseqüentemente comprometer-se.

Na relação interativa, estarão presentes não só meros enunciados de princípios ou boas intenções, mas o engajamento coletivo para integrar ações, criar sinergias, buscando soluções alternativas para as diferentes situações.

A consolidação da educação para o século XXI, apontada por Morin (2000) precisa ser pensada no contexto em que a humanidade se insere, uma vez que a história atual, os problemas, conflitos, as relações humanas e planetárias são alguns dos fatos relevantes, de nossa época. Nesse sentido, a educação não se faz sem perspectivas de transformação do homem e da sociedade. Educação e cidadania são inseparáveis, ou seja, ser cidadão é descobrir-se construtor de si mesmo e da realidade, numa dialeticidade promotora da liberdade e da realização humana. O homem só se faz homem na descoberta de si mesmo e do outro como construção recíproca, inserido num cenário que desafia a conviver com limites, valorizando as incertezas, em processo permanente de compreensão de que são as interações entre os indivíduos que permitem a perpetuação da cultura e a auto-organização da sociedade, sem com isso ignorar que a unidade se constrói na diversidade. Morin (2000) afirma que todo desenvolvimento verdadeiramente humano, significa o conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana.

Padilha (2003) e Gadotti (1997) apontam que muitos problemas vêm afetando a educação brasileira, há varias décadas, entre eles, a separatividade dos sistemas de ensino, o estadual e o municipal, ambos sistemas públicos que embora paralelos não são racionais, uma vez que as políticas de educação estadual e municipal não estão inseridas no contexto de uma política nacional, gerando, além da ineficácia, desperdício de verbas e desigualdades de oportunidades, exemplo disso é o distanciamento que está havendo entre a elaboração dos PNE - Plano Nacional de Educação, PEE - Plano Estadual de Educação e PME – Plano Municipal de Educação. A gestão pedagógica é outro

aspecto a ser considerado uma vez que seus currículos não favorecem a formação geral do aluno, além de estarem dissociados do mundo e da vida. Ao lado dessas questões estão os baixos salários dos professores, sobrecarga de horas aula, sem tempo para planejamento adequado, de suas atividades e uma política educacional desarticulada, dissociada da realidade, desconsiderando o aluno como principal centro de referência de todo e qualquer projeto educacional.

Delors (1998) aponta para uma educação que tenha por missão criar laços, vínculos entre pessoas, vínculos sociais que tenham sua origem em referenciais comuns que, ao se manter o princípio da homogeneidade, seja capaz de fazer da diversidade uma ponte entre os indivíduos e os grupos humanos, só possível num contexto social democrático, dando lugar às expressões culturais, como: a imaginação, a criatividade, o trabalho em equipe, entre outros, em contraposição ao mero desenvolvimento abstrato e individual. É imprescindível que cada um possa situar-se na sua comunidade a partir do diagnóstico local, uma vez que a participação da comunidade é fundamental na construção de uma educação que tenha como referencial primeiro, a identidade coletiva, reconhecimento de seus entraves, de suas mazelas e das possibilidades de superação.

É válido ressaltar que a educação cidadã, como já fizemos referência, precisa estar ligada aos interesses dos homens e mulheres sujeitos da história, e por isso mesmo partícipes da mesma. Não como meros espectadores, mas como sujeitos inseridos no processo de participação e de decisão.

Nesse sentido, apontamos o planejamento como uma das vias que possibilita a participação da comunidade, desde que a mesma seja chamada a participar e participando seja levada em conta seus anseios, desejos e sugestões.

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL – UMA BREVE REFLEXÃO

É importante ressaltar que não se tem a pretensão de dar fórmulas ou receitas de como planejar, mas refletir sobre os planos presentes na Política Brasileira de educação e como os mesmos devem ser inserir no contexto educacional, mais especificamente no contexto da escola e da sala de aula.

Nesse sentido, o planejamento é um compromisso da comunidade educativa, tendo como referencial as políticas públicas nacionais e o diagnóstico, local e global.

Para delinear o futuro é necessário conhecer o presente, diagnosticar a realidade, no contexto em que a escola e os alunos se inserem.

Tomemos como primeira fonte de análise, o Plano Nacional de Educação (2000) o qual traz em sua introdução o compromisso político, o que significa responsabilidade no equacionamento dos problemas e na abertura de novas perspectivas, para os cidadãos, por meio da educação inserida no contexto social, político e econômico. Espera-se que não se traduza apenas em meras palavras escritas, em intencionalidades, mas que se concretizem na melhoria da educação brasileira, uma vez que o Brasil com tradição histórica de autoritarismo, precisa de fato, reverter o quadro que se apresenta, abrindo canais institucionais, que tenham como slogan a democracia, a intervenção popular.

Afirmamos que para se concretizarem as ações expressas no PNE é necessário em primeiro lugar que a sociedade o conheça. A escola, o sistema público de educação devem ser os canais que tornarão conhecidas as metas e prioridades da educação brasileira, referendadas no contexto do referido Plano. Pergunta-se: Quantos professores, escolas, pais, contextos sociais o conhecem? Para quais sujeitos a educação está sendo pensada? Como falar em Educação Nacional se a sociedade desconhece seus princípios, finalidades, objetivos e normas? Essas perguntas precisam ser respondidas para encontrarem significados no coletivo. Ao longo do texto retomaremos essas questões, para que o leitor estabeleça a relação entre a cidadania e o planejamento.

A Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, embora anterior ao Plano Nacional de Educação, estará sendo nossa segunda fonte de análise por entendermos que já é conhecida, tanto pela sociedade civil, quanto pelos segmentos da educação por fazer parte do cenário há quase nove anos.

Ao estabelecer a gestão democrática do ensino público, enfatizando a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da Escola e a participação da comunidade escolar local, em conselhos de escolas ou equivalentes, a mesma está não só abrindo espaços para o planejamento coletivo, mas apontando caminhos para a concretização de uma escola mais participativa e democrática.

O Art. 205 da LDB-9394/96, não deixa dúvidas de que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família. Ressaltando que a mesma deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto, tematizar a realidade onde nossas ações educativas se contextualizam é buscar caminhos que apontem para a necessidade de processar a educação e a cidadania ligada ao contexto histórico, sendo tarefa dos educadores credibilizar a história como tempo de possibilidades, desfazendo-se dos velhos jargões e situar-se no universo onde os problemas reais se estabelecem, possibilitando a formação de crianças, jovens e adultos conscientes, críticos e responsáveis. Só possível através de uma contextualização do saber que tenha como premissa básica a formação humana, a qual supõe também a formação do homem aprendente. Enfatizando-se que o planejamento é um dos elementos para a concretização dos pressupostos apontados pela LDB, com vistas a uma escola inserida no contexto e no momento histórico que a sociedade vive e atua.

A Constituição Brasileira, promulgada em 1988, prevê no Art. 206 o fundamento da gestão democrática do ensino público, instituindo ainda a democracia participativa, o exercício “direto” do poder e o regime de colaboração entre união, Distrito Federal, estados e municípios (art.211).

Portanto, educação e cidadania nesse contexto são inseparáveis. Segundo Fiori (1992) para reconstruir o seu mundo, o homem tem de excedê-lo ao refazê-lo e refazer-se nele. Esses três documentos que acabamos de abordar nos dão conta de que a educação é apenas um dos vários “nós” a serem desatados ao restabelecer a ordem democrática, ficando evidente as palavras de Freire (1995.p.91) de que “a democracia como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas mas com reflexão e prática.”

Elegemos para essa reflexão apenas esses três documentos dentre outros, como: pareceres, resoluções, normas, a Lei nº 10.576 de 14 de novembro de 1995, que trata sobre a gestão democrática do ensino público no Rio Grande do Sul, por acreditarmos que a partir dessas bases legais possamos refletir cientificamente e humanamente acerca dos nossos compromissos, com a formação do homem do século XXI. Reafirmando que sem um planejamento coerente e comprometido estaremos nos omitindo do nosso compromisso social, enquanto educadores inseridos numa gestão educativa democrática, capazes de construir uma escola que se traduza em espaço de socialização e de humanização.

Ressaltamos que se a realidade é complexa, ela requer um pensamento abrangente, coletivo, capaz de compreender a complexidade do real e constituir uma ciência que liberte, que não ignore os problemas da humanidade, que se pense a educação a partir da visão local e global, de homem e de sociedade, num contexto em contínua e permanente evolução.

Nesse sentido, é importante reafirmar de que não se pode negligenciar o planejamento, nem vê-lo apenas como mera ação burocrática de registros de ações, metas e objetivos, mas um poderoso instrumento da cooperação, da solidariedade e até mesmo para a aprendizagem da cidadania, contrapondo-se à tradição positivista, tecnocrática e liberal. Um planejamento que responda à contextura e aos valores da sociedade, numa relação de organicidade, inserido na pedagogia dialógica, apontada por Freire.

Ao abordarmos a relação dialógica, não estamos fazendo referência apenas ao cotidiano da sala de aula, entre professor e aluno, mas sim, entre a comunidade educativa como um todo, direção, conselhos escolares, professores, pais, funcionários, enfim, toda a sociedade. A escola deve ser o espaço onde as relações humanas, sociais e políticas são vivenciadas evitando a aceitação dócil e passiva, que não estimula a reflexão e conseqüentemente a atuação sobre a realidade para transformá-la, dizimando as injustiças sociais, tão acentuadas em nossa sociedade.

É pertinente ressaltar que muitas vezes a escola, por não realizar o planejamento inserido na realidade de seus alunos, opõe-se aos valores transmitidos pela família ou em outras as famílias vêm na escola uma instituição tão desvinculada de sua realidade que as mesmas não chegam a compreender, como aponta o relatório Delors (1998) nem os códigos, nem as práticas.

Experiências revelam que quanto mais as famílias conhecem o projeto educativo da instituição, quanto mais se envolvem na concretização do mesmo mais eficaz se torna a ação educativa. Refiro-me, aqui, a algumas experiências vivenciadas nas escolas por onde passei, atuando como coordenadora pedagógica, diretora ou professora. Ressalto a experiência vivenciada na Escola Básica da URI- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Campus de Frederico Westphalen, nos anos de 1990 a 1998, na qual todo o processo era discutido por pais, professores e alunos. As decisões eram tomadas coletivamente, até mesmo para a realização da tradicional Festa de São João, onde pais alunos e professores decidiam juntos se a mesma iria acontecer, como faríamos, quem e como cada um colaboraria. Os desfiles de 7 de setembro, tradicionais em Frederico Westphalen, eram decididos com a comunidade educativa, da escola, antes de irmos para a reunião, realizada pela SME – Secretaria Municipal de Educação, promotora do evento. As decisões tomadas, em nível da escola, em relação à participação, temática, decididas em reuniões, (às vezes várias) eram fielmente respeitadas. Os pais acompanhavam através de visitas, reuniões, conversas com seus filhos o Projeto Pedagógico da escola e nos cobravam quando por alguma razão fugíamos de nossos objetivos. As reuniões de pais não tinham como objetivo transmitir recados, dávamos as informações necessárias e abordávamos temas com psicólogos, professores sobre o que era pertinente na época, com isso contávamos sempre com a maioria dos pais, nesses momentos. Quando precisávamos chamar um pai, por motivos diversos como rendimento da aprendizagem ou não participação de seu filho às aulas, disciplina, falávamos sempre junto com o aluno, mesmo que este fosse do ensino pré-escolar, pois entendíamos que a criança, o adolescente tinha direito de ouvir o que estava sendo colocado, justificar-se, ou até mesmo apontar os motivos. Motivos esses, que muitas vezes nos surpreendiam, pois o problema normalmente estava na família, raras vezes esteve relacionado com professores, escola ou colegas. Esse trabalho coletivo nos dava prazer e satisfação, pois ao cuidarmos da aprendizagem do aluno, da sua formação, enquanto cidadão sentíamos que estávamos nos realizando enquanto direção, coordenação e professores. Destacamos que as relações afetivas eram fundamentais, nesse contexto, para manter o grupo unido. O carinho e o respeito entre todos nos impulsionava a novas decisões e na busca do alcance dos objetivos, permeado por fundamentação científica, pois tínhamos horas de estudo e debate que contribuía para que cada vez mais entendêssemos o processo que estávamos vivendo.

A partir desse relato podemos afirmar que se cada indivíduo aprende ao longo de toda a vida no espaço social da comunidade a que pertence, como pode a escola estar desarticulada desse espaço, alijada do cotidiano do homem, embora preservando sua especificidade? Questionamento que justifica o papel da escola, no contexto das relações humanas, uma vez que a mesma é o “lócus” legitimado pela sociedade, onde se constroem e reconstroem saberes, valores, vínculos, em síntese, relações humanas.

A educação é ao mesmo tempo universal e específica, esta é uma das afirmações feitas em Jomtien (1990) quando aponta a necessidade da oferta de uma educação digna para todos, que possibilite uma base sólida para as aprendizagens futuras e competências, que permitam uma vida

em comunidade, inseridos em projetos coletivos, buscando não só a sua realização pessoal, mas o bem comum, ou seja ter presente os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser. (Delors 1998).

Delors (1998) aponta para uma nova concepção de aprendizagem, ultrapassando a visão puramente instrumental da educação, privilegiando nos últimos anos além da cultura, do saber cognitivo, as relações pessoais e interpessoais, presentes no contexto e nas intenções da LDB-9394/96², na CF. ³ de 1988 e no Plano Nacional de Educação(2000), e em outras questões normativas.

Podemos, então, apontar os pilares da educação como referência para uma educação que esteja inserida numa sociedade para a era das relações. Salientando mais uma vez, só possível de se concretizar a partir da concepção que se tenha do planejamento ,não só em nível de escola, de sala de aula, mas também a nível macro: União, estados e Municípios.

UM PLANEJAMENTO PARA A ERA DAS RELAÇÕES E DA FORMAÇÃO DA CIDADANIA

Nesse enfoque queremos contribuir para que o leitor reflita sobre o significado do planejamento, no âmbito das colocações até aqui referidas , bem como a necessidade de conceituá-lo, tendo presente o perfil de homem e de sociedade que o novo século está a exigir. Para melhor contextualizarmos, acreditamos, ser pertinente fazermos uma leitura , das afirmações de Moraes ao apresentar sua visão sobre a educação no contexto que ora nos propomos a refletir.

Uma educação para a era relacional pressupõe o alcance de um novo patamar na história da evolução da humanidade, no sentido de corrigir os desequilíbrios existentes, as injustiças e desigualdades sociais, com base na compreensão de que estamos numa jornada individual e coletiva (...) Uma educação que favoreça a busca de diferentes alternativas que ajudem as pessoas a aprender a viver e conviver, a criar um mundo de paz, harmonia, solidariedade, fraternidade e compreensão (2003 p.27).

Diante de tais idéias, podemos dizer que o mundo e a vida nada mais são do que uma grande teia de relações e conexões e o ser humano um fio particular dessa teia , onde a inércia, cede lugar ao movimento constante, a interconectividade colocando o homem frente às novas necessidades em sua relação com o mundo, e nesse universo construir novos paradigmas educacionais . Uma educação que faça parte desse constante movimento, que seja um processo permanente de formação do ser humano em suas diferentes dimensões, afetivas, sociais, espirituais , cognitivas, relacionais...

Dessa nova visão de sociedade deve emergir o planejamento uma vez que: “Planejar implica acreditar na possibilidade de mudança” (Vasconcellos 1995 p.25), ou como aponta Padilha (2003), planejar é dar respostas aos problemas existentes, com o olhar voltado para o futuro, levando em conta os contextos filosóficos, culturais, econômicos e políticos de quem e com quem se planeja. ou ainda, conforme Veiga (2001) , planejar não se constitui na produção de um documento, mas é um processo de ação-reflexão-ação que exige o esforço conjunto e a vontade política da comunidade escolar.

As idéias do autores acima referendados comungam com Vasconcellos, ao referir-se ao planejamento como:

uma mediação teórico-metodológica para a ação concreta e intencional (...) prevendo a realização no tempo, no espaço, as condições materiais, bem como a disposição interior,

² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-nº9394/96

³ Constituição Federal de 1988

para que aconteça caso contrário, vai se agindo sob pressão, administrando por crise. (1995.p.42)

Não há como negar que o planejamento é uma questão desafiadora para vários segmentos, seja o grupo familiar, a empresa, a política, educação, ciência...e nesse sentido o racionalismo deve ceder espaço para outras dimensões do ser humano como o desejo, a imaginação, a emoção, a criatividade, o pensamento, a linguagem...O planejamento é, pois, o momento em que se deve criar a possibilidade do envolvimento de todos tendo em vista as decisões coletivas.

Vasconcellos aponta que “não há processo, técnica ou instrumento de planejamento que faça milagre . O que existe são caminhos mais ou menos adequados”(2000. p.37). O importante é a valorização coletiva, a participação, o diálogo, a formação da consciência crítica.

A consciência, a intencionalidade e participação são fundamentos marcantes para romper com o planejamento funcional, tecnocrático ou normativo já referidos, uma vez que quem age sobre a realidade, direta ou indiretamente, são os sujeitos sendo indispensável sua participação, embora através de representações.

O planejamento educacional nas palavras de Santos (1995) parece ser suscetível às escolas, projeções e simbolizações que são adotadas para representá-lo socialmente, uma vez que o direitos vistos pela comunidade local, são diversos do direito estatal e diversos ainda de um direito transnacional.

O momento atual é significativo para revisar as teorias que embasam a temática em questão, salientando que a (re)significação do planejamento pela via epistemológica deve passar por um maior acolhimento da imaginação nas teorias da educação. Então talvez, se possa dizer que a principal virtude do planejamento seja a busca de informações, elaboração de propostas, encontros de discussões, reuniões de decisão , avaliação permanente , ou seja , como já nos referimos, um processo de reflexão e tomada de decisão.

O planejamento deve ser visualizado no cenário da ação-reflexão-ação num contínuo repensar sobre a nossa prática e sobre a história em que os sujeitos se inserem .

Não podemos deixar de salientar que o planejamento traz consigo o desafio na concretização de uma escola humanamente possível, onde se entrecrocaram idéias, pensamentos ,opiniões em busca da qualificação da educação só possível no encontro entre os sujeitos, entre o imaginário e o real , o sonho e a utopia, entre a idéia que brota das falas, das contradições e das contextualizações , como aponta Morin:

É no encontro antagônico/ complementar do imaginário e da idéia que brota a imaginação. E é a imaginação que na e pela turbulência fantasmática, inventa e cria(...) O borbotão da cultura , da criação e o borbulhar onírico onde se entrecrocaram pulsões, obsessões, recordações, idéias, desejos. Por vezes é precisamente no grande “sabat” onírico que nasce a idéia em vão procurada durante duras vigílias. O pensamento está sempre polarizado entre o núcleo duro onde se cristalizam, os seus paradigmas e a ebulição imaginária (1997.p.311)

Portanto, acreditamos, que para termos uma escola que aponte para autonomia dos sujeitos a mesma deve ter competência para sair da inércia e do imobilismo a atuar no espaço onde a relação dialética entre pensamento e ação, poder e saber se conjugue e se volte para a possibilidade de garantir a participação coletiva. Esta relação não pode ser mediada por um grupo de técnicos, uma vez que segundo Padilha “ o planejamento é mais do que um mero registro de dados e proposições , mas uma atividade engajada, intencional, científica, de caráter político e ideológico e isento de neutralidade”(2003.p.63).

Freire (1983), ao abordar a idéia relação, aponta que a mesma possui duas dimensões uma da esfera puramente humana e outra dimensão das relações que o homem trava com o mundo. A

esfera puramente humana guarda em si conotações de pluralidade, de transcendência, de criticidade, de consequência e de temporalidade. O homem, segundo o autor, é um ser de relações, aberto às realidades, uma vez que não está no mundo, mas com o mundo, sendo partícipe do contexto em que se insere. Nesse sentido,

discutir processos participativos implica refletir sobre um conjunto de elementos que constituem relacionamentos entre pessoas e grupos, com diferentes níveis de abrangência, inclusão e conflituosidade, historicamente constituídos e particularizados de maneira institucional (Werle, 2003,p.19).

Entretanto, no contexto das relações interpessoais estão imbricadas as normas, os valores, visão de homem, sociedade e de mundo, atitudes que definem posições de poder, e na dinâmica dessas relações formam-se as subjetividades. Considerando que as pessoas orientam-se na vida social por meio de códigos ético-normativos e elementos culturais estruturados, Veiga (2001) aponta como caminho metodológico o planejamento coletivo, desenvolvido por técnicas de participação nas quais o currículo e as formas de organização pedagógica possam incluir questões de raça, gênero, classe social, categorias profissionais e tantas outras que deverão ser consideradas no processo de construção do conhecimento social e escolar. Ressalta-se que o planejamento educacional está inserido no contexto e na complexidade da historicidade dos homens, das sociedades e do mundo, sendo, portanto, necessário que sua organização aconteça no espaço-tempo, não devendo existir rupturas radicais nem continuidades permanentes.

O novo paradigma que se impõe na era da comunicação que estamos vivendo supera o conceito linear de tempo e espaço. “O próximo hoje não é aquele ou aquilo que está geograficamente mais perto, mas aquilo que nos identifica” (Veiga 2001, p.168).

Ao referir-se à temporalidade, historicidade Werle (2005)⁴ aponta a necessidade de ao se planejar fazer referência a um tempo de execução e a temporalidade de planos anteriores. Pensar e prever o futuro sem desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando em conta os contextos e pressupostos atuais, visando questões emergentes, pensar a educação conforme, Streck:

A partir das leituras que conseguirmos fazer do mundo, dos cenários que fomos capazes de construir e dos sonhos que nos permitirmos sonhar e alimentar. E sobretudo do futuro que começamos a construir agora com nossas ações (2003.p.32).

O Fórum Mundial de Educação em sua carta da terceira edição (2003) aponta para a obrigação dos estados em garantir o direito a uma educação pública emancipatória em todos os níveis e modalidades, estabelecendo como utopia a escola cidadã, potencializadora de vivências democráticas e produtora de conhecimentos que preparem todos os seres humanos para os processos civilizatórios.

Tanto Jontiem (1990) quanto às propostas de Educação para Todos fizeram com que houvesse um grande reconhecimento da diversidade e do movimento. As necessidades básicas de aprendizagem não são universais e nem estanques, mas diversas entre os diferentes grupos sociais, contextos e culturas, apresentando modificações ao longo do tempo. Nesse sentido, a necessária flexibilização e adaptabilidade, aos diferentes contextos locais é fundamental. Os receituários, a proposta de parâmetros e metas universais, precisam ser, se não descartadas, pelo menos discutidos dialeticamente, pensar de forma estratégica, não apenas na direção de metas quantitativas, mas num ideário de educação que vincule processos educativos e processos sociais,:

⁴ Palestra realizada junto aos Secretários Municipais de Educação na URI, dia 4/03/2005

uma vez que todo o desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer a espécie humana (MORIN, 2002. p.55).

É importante destacar que participação está associada a diferentes relações, como: influenciar decisões, opinar, contribuir com suas idéias e ações, exercer seus direitos e deveres de cidadão, conquistar espaços, comprometer-se, refletir, interagir em meio a diversidade. Concordamos com Hassmann quando ressalta que:

A questão do poder não se reduz a operacionalidade técnica do que se aprende(...) A questão é, repetimos ética e política, ou seja, tem a ver com os projetos de mundo que nossos modos de conhecer elaboram e alentam. Portanto a questão epistemológica desemboca inevitavelmente numa difícil conjugação entre horizonte utópico e estratégias traduzidas em projetos que sejam realizáveis sob a premissa de consensos possíveis (1999, p. 112 e 113).

Nesse sentido, o eixo articulatório centra, presente nas políticas de participação deve centrar-se na dimensão cidadã e social, que leva a capacitação política, a construção da identidade da auto-estima tornando possível aos indivíduos as oportunidades de inserção social que traduz-se ainda em possibilidades de emprego e geração de renda, além da redefinição de conceitos de solidariedade e comprometimento. Freire (1981) ressalta que “simplesmente não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros”, palavras que sintetizam a importância da participação coletiva via capacitação política e organizacional. Portanto, o desafio que temos enquanto educadores é transpor os limites que nos impedem de caminharmos para uma educação onde o processo se inicia no e com o planejamento.

O ATUAL CONTEXTO DELINEANDO ESPAÇOS DE MUDANÇA

O século XXI traz a esperança e a desesperança, como herança do paradoxo do século XX, o qual produziu avanços significativos nas diferentes áreas do conhecimento. Resumidamente pode-se dizer que os homens tornam-se mais próximos uns dos outros, através das informações, via telecomunicações, internet, aviões a jato. contam ainda com os avanços da biociência, descoberta do genoma, a clonagem, células tronco e em meio a toda essa evolução, que de início começa a partir de criações quase microscópicas, restrita a um número insignificante de indivíduos, logo transforma a humanidade toda e, traz a incerteza, como aponta Morin (2002), mas também a possibilidade das sociedades se democratizarem estimulando a unidade na diversidade. No século XX os homens viveram sob o domínio da pseudo-racionalidade, que atrofiou a compreensão, a reflexão e a humanização, deixando a certeza de que é necessário repensar a sociedade, o mundo, enfim. E nesse cenário, a educação surge como o elemento capaz de iluminar a humanidade na busca da compreensão, da solidariedade e da paz. Uma via como aponta Delors (2003) que conduza a um desenvolvimento humano, mais harmonioso e mais tolerante, onde a democracia seja um exercício de cidadania, de respeito individual e coletivo, descartando a manipulação política, o autoritarismo, buscando a coesão social, a partir da ação da sociedade ao respeito pelos direitos dos indivíduos, despertando o sentido da responsabilidade e do comprometimento, não como reprodutor de idéias e políticas, mas como elementos de possibilidades, de metas e do fazer coletivo.

A Constituição Federal de 1988, sobre a qual já se fez referência, traz em seu contexto mudanças, principalmente sociais, quanto a educação, essas mudanças parecem não lograr êxito. O mesmo constata-se na LDB- 9394/96, que reivindicava uma gestão educacional que envolvesse e considerasse

as propostas das entidades científicas e da sociedade civil, em busca de um grande pacto social que permitisse a verdadeira democratização da educação. A sociedade estarecida vê sua legitimidade ser posta de lado sendo substituída por um novo projeto que altera significativamente a proposta de educação, ignorando os setores educacionais, sindicais e populares, não os chamando para a discussão, revelando que a educação tem papel de veículo político para sedimentar as matrizes ideológicas do neoliberalismo, que tem o Banco Mundial como seu principal representante (Brito , 2002).

De um lado as reformas institucionais são impostas politicamente por elites nacionais e internacionais por meio de um discurso teórico-metodológico que as apresentam como a única possibilidade de alcançar o crescimento econômico e estabilidade sóciopolítica quando não simplesmente para sobreviver (Caraggio, 1997, p.82).

Ao refletirmos sobre a afirmação de Caraggio, é válido ressaltarmos que as políticas do Banco Mundial, em relação as políticas públicas de educação, induz os sistemas de educação à descentralização, mas na realidade apresenta um pacote pronto sobre o que cada governo deve fazer, ou seja desconsiderando as diversidades e adotando uma reforma educativa que segue um modelo universal, baseando-se na homogeneidades,apontando medidas homogêneas para todo o universo da população.

No Brasil mesmo com a elaboração do Plano Nacional de Educação (2002) dos Planos Estaduais de Educação, muitos ainda em fase de elaboração ou de apreciação como é o caso do Rio Grande do Sul, e dos Planos Municipais de Educação em fase de articulação e/ou planejamento, a maioria da população, inclusive educadores, não participaram ou não estão participando desse momento histórico, para a educação brasileira, ficando fora do debate. Constata-se o isolamento das universidades, do magistério e outros segmentos, ficando esse espaço sendo ocupado por técnicos que em nível de gabinete em pleno século XXI, agem distanciados dos consensos e das participações coletivas, aspectos que precisam ser superados, a partir dos planos municipais de educação e do projetos pedagógicos da escolas como primeiro passo para a inserção coletiva.

DIMENSIONANDO PRELIMINARES CONCLUSÕES

Ao concluir as referências apresentadas sobre planejamento enquanto possibilidades de formação da cidadania acredita-se que é possível introduzir mudanças, para que o planejamento, tanto na dimensão micro quanto macro, vá ganhando novo significado e seguindo novas trilhas.

Os municípios, são o “locus” da participação e do exercício dialético, da população Nesse sentido, o plano municipal de educação é o grande desafio para o trabalho solidário e para promover mudanças na educação de forma ética, coerente responsável e continuada (Werle 2005)⁵, sendo a grande alavanca do processo e do projeto de desenvolvimento de toda a população. Ressaltamos que não é um plano desta ou daquela gestão, mas da sociedade como um todo. Nesse sentido, retomamos as idéias citadas anteriormente de que o planejamento é um processo de ação-reflexão-ação., que não pode estar desvinculado do contexto maior ou seja das políticas nacionais de educação.É necessário portanto que a sociedade conheça as diretrizes e princípios da educação nacional, que professores, pais, alunos ampliem o debate em torno dessas questões, caso contrário vamos cair na mesmice, ou seja, planos desvinculados da realidade onde os sujeitos se inserem .

Pensarmos em formação cidadã é refletirmos sobre os espaços que o cidadão ocupa, hoje, no contexto em que ele vive e atua.Nesse sentido, se os professores , a escola, os representantes do

⁵ Palestra proferida aos Secretários Municipais de Educação, na URI, dia 4/03/2005

poder público não chegaram a tomar conhecimento, ou seja, não leram os PNE⁶ e PEE⁷ os quais são referências para que haja a integração de políticas educacionais, entre união, estados, como traçar metas, objetivos, apontar necessidades e possibilidades em seus municípios? Essa é uma das questões que nos fazem refletir sobre a inserção da escola, num contexto tão marcado pela exclusão social, se seus atores estão omissos, ou subjugados pelo individualismo, deixando de ser protagonistas da história de transformação do homem e da sociedade. Onde não há sonho, não há esperanças e onde não houver ousadia não haverá mudanças. Reafirmamos que cidadania é descobrir-se construtor de si mesmo e da sociedade, uma vez que a educação deve estar ligada à vida, sendo um aprendizado constante.

Mesmo correndo o risco de sermos repetitivos é válido ressaltar que é por esse caminho que acreditamos que os Planos Municipais de educação devem ser gestados, contando com as vozes representativas da sociedade, uma vez que o mesmo deve ser fruto do diagnóstico, dos objetivos, finalidades e metas que o coletivo da sociedade almeja alcançar. Projeto este que coordenado pela SME, deve ser tecido na interação e no envolvimento dos profissionais da educação, dos cidadãos em geral e das instituições que fazem parte do município.

Superar a burocratização, a centralização, o individualismo e inserir-se no coletivo das idéias, das contradições. É superar os traços autoritários peculiares do século XIX para enfim poder dizer como Morin (2002) de que a compreensão entre sociedades supõe democracia e que o caminho entre culturas, povos e nações passa pela generalização das sociedades. Sem esquecer que mesmo nessas sociedades permanece o problema epistemológico da compreensão. Uma vez que indivíduo/sociedade e espécie apóiam-se, nutrem-se e reúne-se, o que significa, que essa tríade é indissociável e significa o desenvolvimento conjunto das autonomias, das participações comunitárias.

Não podemos deixar de afirmar que a verdadeira democracia necessita de conflitos, de idéias e de opiniões, constitui, portanto, um sistema político complexo, no sentido de que vive de pluralidade, concorrências e antagonismos, mas permanecendo como comunidade que busca e almeja hominização na humanização.

Portanto planejamento educacional supõe esforço coletivo seja no sentido (micro: escola, sala de aula) seja no sentido macro (união, estados e municípios).

Retomo aqui o título que dei a este ensaio de texto: **”Formação da cidadania- Sonho ou negação no contexto do planejamento educacional”**, ressaltando que todas essas reflexões estão presentes, não por acaso, ou como mero escrito, mas contribuir para reverter o quadro que fez parte na caminhada de trinta e seis anos de magistério, onde vi a história da educação, não apenas ser contada, como os contos de fada, mas porque parte dela eu a vivi, e embora cumprindo certas normas, adotando determinadas posturas, sempre sonhei que um dia meus filhos teriam melhores escolas, mas a escola para eles pouco avançou. Hoje sonho com uma escola democrática para os meus netos, para outros filhos, para a sociedade excluída e marginalizada. Escola que se identifique pelo saber, saber ser, saber fazer e conviver (Delors 1998). Escola que não abre mão de seu compromisso com o conhecimento sem dissociar o saber do ser, com educadores que possam segundo Hassmann reencantar a educação e que um dia reescrevam a história, ratificando o pensamento do autor, que como os educadores acredita num espaço democrático, no contexto da escola e das políticas educacionais, passando a afirmar que os ventos soprarão para os lados da educação, porque acreditamos na escola democrática.

No campo do mar, das palavras e das idéias estão soprando ventos novos. Em certas paragens do pensamento, os ventos deram de agitar-se. Por alguns lados, como nas

⁶ Plano Estadual de Educação

⁷ Plano municipal de Educação

biociências, não há sinal de aquietamento. Em contrapartida no terreno da educação se encontram ambientes fechados com aquele ar de certezas prontas (HASSMANN, 1978. p.74).

A educação, portanto, pelo esforço coletivo terá a dimensão e os avanços que tanto desejamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a Educação: rumo à sociedade Aprendiz.** Petrópolis, Vozes, 3 ed., 1999.

BRASIL. **Constituição Federal.** 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei 9394/96), apresentação Carlos Roberto Jamil Curi. 8 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BRITO, Revista Universidade e Sociedade, ano XI, número 26. Fevereiro de 2002. Sindicato Nacional de Instituições de Ensino Superior. Vol.1, nº 1. Brasília, DF. 2002.

CORAGIO, J.L. **Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? O Banco mundial e as políticas educativas.** São Paulo: Cortez, 1996.

DELORS, Jaques (org). Educação. **Um tesouro a descobrir.** Brasília, MEC/UNESCO 2ª ed. São Paulo. Cortez, 1999.

Fórum Mundial de Educação. **Declaração de Porto Alegre.** Porto Alegre 22 de janeiro de 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança : Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Professora Sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar.** 6 ed. São Paulo, Olho d'Água. 1995.

GADOTTI, Moacir e José Romão (orgs.). **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas.** 2 ed. São Paulo. Cortez, 1997.

MONLEVADE, João A: **Plano Municipal de Educação: Fazer Para Acontecer.** Brasília- DF, Idea Editora, 2002.

MORIN, Edgar. **O método I: A natureza da natureza.** 3ª ed. Lisboa. Publicações Europa-América. 1997.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários a Educação do Futuro.** 6ª ed. São Paulo/Brasília: Cortez /UNESCO, 2002.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico como construir o projeto- Guia da Escola Cidadã.** Vol.7.4 ed. São Paulo Cortez. Instituto Paulo Freire, 2003.

STRECK, Danilo. **Educação para um Novo Pacto Social**. Vozes: Petrópolis, RJ, 2003.

VASCONCELLOS, Celso do Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. 7 ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, Ilma passos Alencastro (org.): **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico Novos Desafios para a Escola**. Campinas. São Paulo, Papirus, 2001.

WERLE, Flávia: **Conselhos Escolares-Implicações na Gestão da Escola Básica**. DP&A, editora ,Rio de Janeiro, 2003.